

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2017
(Do Srs. Magno Malta, José Medeiros e outros)

CC e CAS/dt
Às Comissões de
Educação, Cultura
e Esporte e de Assun-
tos Sociais, em decisão
terminativa.

Em 13/12/2017

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 159-A. As empresas e estabelecimentos que prestem serviços de educação infantil ou ensino fundamental exigirão, no momento da contratação dos empregados, comprovação de seus antecedentes criminais.”

.....

“Art. 169-A. Os empregados em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental serão submetidos, no momento da contratação e anualmente, à avaliação de sua saúde física e mental para fins de habilitação ao exercício profissional e continuidade na função.

§ 1º Os empregados em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental deverão informar os empregadores sobre o uso de medicamentos psicoativos, bem como sobre a existência, em seu histórico médico, de diagnóstico de transtorno mental.

§ 2º A lista dos medicamentos de que trata o § 1º será estabelecida em regulamento.

§ 3º O fornecimento das informações previstas no § 1º não poderá servir de pretexto para a redução ou restrição de direitos do empregado, sob pena de rescisão do contrato por culpa do empregador.



SF/17184.26778-14

Página: 1/3 13/12/2017 14:41:20

006bcec650b159e44de6c014d108a53bbc1c21e9



§ 4º Configura-se ato faltoso a omissão ou ocultação, pelo empregado, das informações previstas no § 1º deste artigo, passível de punição com advertência, suspensão ou demissão por justa causa, a depender da gravidade da omissão.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende incluir, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, normas relativas à segurança e medicina no trabalho em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental. Nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, eles são responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, compreendendo a faixa etária de zero a quatorze anos.

A ideia amadureceu com o desenvolvimento dos trabalhos na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal – CPI dos Maus-tratos, destinada a investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes.

Ficamos especialmente impressionados com a tragédia em Janaúba, Minas Gerais, onde uma pessoa, obviamente com problemas mentais, feriu diversas outras, causou a morte de dez crianças e da professora, a Sra. Helley Abreu Batista, cujo heroísmo deve servir de exemplo e orientação para todos nós. Tendo a memória desse fato em mente, devemos trabalhar para que ocorrências similares não se repitam.

Na realidade, não deixamos de reconhecer que o diagnóstico médico de transtornos mentais, com possível resultado violento, é difícil. Em todo o mundo, ocorrem tragédias de repercussões traumáticas e a vigilância máxima, com especial colaboração das famílias, parece ser a única solução para tentar reduzir esses fatos lamentáveis.

Com o aumento na rotatividade da mão de obra, por outro lado, estão cada vez mais frágeis os vínculos entre os empregados e os



SF/17184.26778-14

Página: 3/3 13/12/2017 14:41:20

006bcec650b159e44de6c014d108a53bbc1c21e9

Sander Helin for P203